

A partir de 2015, cerca de três milhões de pessoas que conseguiam pagar planos de saúde passaram a rescindir contratos ou optar por planos com preços menores. Esse contingente agora depende parcial ou integralmente do Sistema Único de Saúde (SUS). Se essa parcela da população perdeu poder de compra em razão da crise econômica, as operadoras alegam que também foram prejudicadas.

Na tentativa de chegar ao que consideram um equilíbrio, as empresas apresentaram em outubro um conjunto de ideias que gostariam de ver incorporadas às normas que regem a saúde suplementar. O documento veio à luz em uma reunião da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) com outras entidades sob o título de "Uma nova saúde suplementar para mais brasileiros".

Antes do seminário, as linhas gerais e alguns detalhes da proposta circularam pela imprensa com o rótulo de "Novo Mundo".

O intuito da federação é incorporar ao sistema camadas da população que supostamente nunca tiveram acesso ao serviço. Isso seria feito pela chamada modulação das coberturas, que acarretaria mais opções, a preços menores. Ao encontro de outubro esteve presente o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que elogiou o papel dos planos: "sem a participação do setor privado, não é possível enfrentar o desafio de garantir a toda a população brasileira o direito constitucional de acesso a serviços de saúde de qualidade".

[Leia aqui na íntegra](#)

Fonte: Agência Senado, em 28.11.2019